



HISTÓRIA PÚBLICA AMBIENTAL: REFLEXÃO DE PRÁTICAS NA REDE SOCIAL *INSTAGRAM*

“História Pública Ambiental”: reflection on practices on the social media Instagram

“Historia Pública Ambiental”: reflexión sobre las prácticas en la red social Instagram

Denilton Gabriel Ambrosio da Rocha¹
Eulália Maria Aparecida de Moraes²

Resumo: Intensa aceleração no cotidiano, múltiplas crises e (des)encontros nos atravessam a todo momento e lugar, virtualmente ou não. Assim, importa pensar: como a História pode se manifestar junto a essas dinâmicas? Privilegiando as crises climáticas/ambientais e a rede social *Instagram*, pensar as contribuições da História(s) Pública(s) aponta para possibilidades que ultrapassam a disseminação do conhecimento e seguem em direção à construção de conhecimentos atentos aos processos sociais, às suas mudanças e tensões. Para tal reflexão, lançamos mão da literatura História Pública e História Ambiental para embasar a reflexão de temas pretéritos. Em relação ao *Instagram*, levantamos os dados a partir das métricas ofertadas pela própria plataforma, as quais consideraram os engajamentos do perfil História Pública Ambiental. A História Ambiental como abordagem e a História Pública como campo de práticas ampliaram as conexões com os públicos no espaço digital.

Palavras-chave: História Pública. Autorreflexividade. Redes sociais.

Abstract: Intense acceleration in daily, multiple crises and (dis)encounters cross us at all times and places, virtually or not. So it's important to consider: how can history manifest itself in these dynamics? Focusing on climate/environmental crises and the Instagram social network, thinking about the contributions of Public History(s) points to possibilities that go beyond the dissemination of knowledge and move towards the construction of knowledge that is attentive to social processes, their changes and tensions. In order to do this, we used the Public History and Environmental History literature to provide a basis for reflection on past issues. With regard to Instagram, we collected data from the metrics provided by the platform itself, which took into account the engagement with the Environmental Public History profile. Environmental

¹ Mestre em História Pública (Unespar), doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: denilton.gabriel545@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4036575354055790>; Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-8833-2581>.

² Doutora em História (UFPR), professora associada da Universidade Estadual do Paraná - Unespar/Campus de Paranavaí - Departamento de História. E-mail: eulaliamoraes@hotmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8344111210044375>; Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-5885-1022>.

History as an approach and Public History as a area of practice have broadened connections with audiences in the digital space.

Keywords: Public History. Self-reflexivity. Social Media.

Resumen: La intensa aceleración de la vida cotidiana, las múltiples crisis y (des)encuentros nos atraviesan en todo momento y lugar, virtualmente o no. Así que es importante pensar: ¿cómo puede manifestarse la historia en estas dinámicas? Privilegiando las crisis climáticas/ambientales y la red social Instagram, pensar en las contribuciones de la(s) Historia(s) Pública(s) apunta a posibilidades que van más allá de la difusión de conocimientos y avanzan hacia la construcción de un saber atento a los procesos sociales, sus cambios y tensiones. Para ello, nos hemos basado en la literatura de la Historia Pública y de la Historia Ambiental para reflexionar sobre cuestiones pasadas. En cuanto a Instagram, hemos recogido datos a partir de las métricas proporcionadas por la propia plataforma, que han tenido en cuenta el engagement con el perfil de Historia Ambiental Pública. Así, la historia ambiental como enfoque y la historia pública como campo de práctica han ampliado sus conexiones con el público en el espacio digital.

Palabras clave: Historia pública. Autorreflexividad. Redes Sociales.

Introdução: urge historiadores na questão ambiental

A História Pública tem “promovido inúmeras formas de atuação em antigos e novos espaços, em que o historiador deve-se fazer presente, no intuito de ser um provocador, mediador e colaborador da reflexão histórica” (Rovai, 2020, p. 145). Para Kelley (1978), por exemplo, ela se refere ao emprego de historiadores e ao método histórico fora da academia. Então, historiadores públicos estão no trabalho sempre que, em sua capacidade profissional, são parte do processo público. Para ele, “o método histórico de análise não é relevante simplesmente para o destino de nações, ou para problemas de guerra e paz. Ele é essencial a cada tipo de situação prática imediata” (Kelley, 1978, p. 17).

Por priorizar o conhecimento histórico produzido em diálogo com públicos, o historiador público assume um papel na democratização do registro, do acesso, da divulgação e na produção de respeito à alteridade humana (Rovai, 2018). A produção e a divulgação, feitas em um processo democrático, não devem se submeter aos interesses do mercado ou serem seduzidas pelas histórias sem analisá-las, banalizando os acontecimentos e as memórias, pois compartilhar *não é simplificar*. Assim, na perspectiva de Fabíola Sevilha, para a História Ambiental, o diálogo com a História Pública apresenta-se como uma forma de recuperar o seu compromisso moral e político inicial (Sevilha, 2023, p. 322).

Com esse diálogo, interagir com os públicos sobre os aspectos históricos das questões ambientais através do *Instagram* pressupõe que o processo de produção e divulgação do

conhecimento dialogado considere a viabilização de experiências. A experiência é a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos *toque*, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm. Isso é sensibilidade: só desejamos lutar pela mudança daquilo que temos afeto. Aquilo que “requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade” (Larossa, 2002, p. 24), o que cultivamos no encontro. As redes sociais contribuem ao possibilitarem uma variedade de postagens de materiais distintos, o que permite não apresentar aos públicos algo que só passe ou somente entretenha, mas que permita atravessar e experienciar, propor e possibilitar reflexões. Ou seja, uma contribuição para a reflexão histórica, a qual buscamos articular no perfil História Pública Ambiental³, no *Instagram*.

A História Pública não está somente para grandes conflitos e temas, mas também para os debates inerentes da sociedade marginalizada ou renegada pela história oficial. Portanto, o historiador responde questões postas pelo debate público e pela sua prática social (Kelley, 1978, p. 18). O problema da relevância do conhecimento histórico passa pela necessidade de repensar sua justificativa num momento no qual o conceito moderno de história perdeu sua obviedade e muito de sua efetividade. A pertinência do saber histórico, em sua capacidade de contribuir para a justiça social, pode ser avaliada sendo sempre uma questão pública (Silveira, 2020).

Educação ambiental e História(s) Pública(s)

A crise ambiental contemporânea vem exigindo um posicionamento ético do historiador, sobretudo do historiador ambiental que se relaciona com os públicos não acadêmicos. Os historiadores ambientais produzem um conhecimento significativo sobre meio ambiente e podem contribuir no cenário desafiador que está dado no tempo presente. Para isso, precisam estar “munidos de reflexão teórica sobre como sua área articula as múltiplas percepções sobre o tempo e a força do presente na composição das análises históricas” (Pereira; Lopes, 2024, p. 16). Dessa forma, podemos entender a catástrofe não somente como um evento a delimitar e caracterizar o nosso tempo, “mas como mobilizador de um engajamento público da historiadora e do historiador ambiental, socializando seu conhecimento para ajudar a atender

³ Acesse em: <https://www.instagram.com/histpubambiental/>.

as demandas sociais urgentes que afetam a continuidade da vida como a conhecemos” (Pereira; Lopes, 2024, p. 16).

Isso permite pensar as conexões possíveis e necessárias entre a História e a Educação Ambiental, buscando o despertar para uma nova concepção de mundo (Buczenko, 2022, p. 322). Nessa direção, destaca-se que “a produção e discussão de materiais e conteúdo, assim como todos os processos educativos, são formas eficazes de intervir na realidade social, cultural e ambiental, reverberando na construção de práticas ambientais sustentáveis” (Souza; Figueiredo, 2021, p. 148). Assim, em um contexto de múltiplas formas de diálogos e interações, como a promovida pelas redes sociais, a figura do historiador, enquanto um agente no processo, é fundamental, dada a necessidade de sua intervenção, não apenas como avaliador, mas como aliado dos públicos na construção do conhecimento lapidado.

A História Ambiental, como modo de pensamento, é uma ferramenta para o estudo da interação humana com o ambiente físico natural e construído (Sevilha, 2023). A História Pública, como meio de ação compartilhada, permite considerar a ideia de uma Educação Ambiental transformadora que contribui no processo de construção de uma nova sociedade pautada por novos patamares civilizacionais e societários diferentes dos atuais (Buczenko, 2022). Aqui a História tem um papel fundamental no processo de repensar de forma crítica a relação do homem com a natureza por conta de sua visão privilegiada por conta da amplitude que possui ao olhar para o caminho histórico percorrido pela humanidade.

Para Pádua (apud Carvalho; Laverdi, 2014, p. 464), “não existe história que não seja ambiental, esse ponto é importante de ser colocado”. Ao longo da história, estabeleceram-se práticas culturais múltiplas de interação do homem com a Natureza que não consistiam apenas em devastá-la. Isso apresenta necessidade de se abordar as problemáticas ambientais no ensino e na pesquisa com base não somente sob o enfoque das catástrofes, mas “da urgência de se adotar novas posturas de relacionamento do ser humano com o mundo natural capazes de propiciar a preservação e a salvação do patrimônio que ainda resta às presentes gerações” (Estevam, 2017, p. 148). O contexto de emergência da história ambiental foi a segunda metade do século XX. Esse movimento visa o diagnóstico de problemas ambientais, mas, além disso, incorpora “transformações no pensamento humano e nas percepções sobre a relação sociedade e natureza no ambiente” (Estevam, 2017, p. 148). Então,

[...] a principal tarefa da História Ambiental consiste em buscar as permanências e mudanças significativas ocorridas nas intervenções da sociedade sobre o ambiente, estratégia que nos permite compreender o significado da Natureza na história humana e vice-versa. Para os professores de História e os historiadores (educadores ambientais do campo da História), de um modo geral, o conceito fundamental e orientado de qualquer análise histórica é a categoria Tempo. Esse conceito é primordial para a identidade de uma análise histórica e uma prática pedagógica seja ela qual for. Nesse sentido, não poderia ser diferente no campo da História Ambiental. Para o historiador ambiental, segundo Drummond (1991, p. 177), “em especial, o tempo é um crucial fio condutor das mudanças e continuidades que lhe propiciaram os seus objetos de estudo, quando não os seus conceitos”. Pensar as temporalidades é um instrumento básico do ofício de historiador e do professor de História (Estevam, 2017, p. 149).

Assim, o sentido prático da História Pública é dado quando ela colabora para o registro de inúmeras vozes, propondo a insurgência das histórias dissidentes para a mediação na resolução de problemas sociais, para o debate em torno do patrimônio, de questões identitárias, ampliando olhares para aqueles que são mantidos como invisíveis de uma história heterogênea. Ao servir às controvérsias, ela evidencia territórios e interesses particulares e coletivos (Rovai, 2020), ressaltando o público além de receptores da história no exercício de ultrapassar a textualidade historiográfica encarcerada nos muros acadêmicos.

A noção de História Pública, enquanto dispositivo capaz de animar uma reflexão com consequências práticas, convida diferentes pesquisadores a revisitar suas investigações passadas ou suas práticas de trabalho correntes. Podemos refletir sobre o processo de construção do conhecimento que descortina a sua dimensão pública, estimulando a revisão e a revitalização dos princípios e das práticas do pesquisador (Santhiago, 2018, p. 294, 305). Marta Rovai (2020, p. 131) é cuidadosa quando afirma que a ela não é a “solução ou salvação para nenhuma prática como pesquisadores ou educadores, nem para qualquer reivindicação ou problema social”, pois ela deve ser um espaço de reflexão a quem pretende “desencastelar-se de seu espaço de produção de conhecimento e ensino e que se abram ao diálogo com o público” (Rovai, 2020, p. 131).

O Instagram como possibilidade de atuação e relação com públicos

O historiador ambiental pode trazer grande contribuição ao selecionar elementos pretéritos para tratar de questões de seu tempo. O Instagram “possibilita otimizar ações pedagógicas, por meio de textos curtos, imagens e vídeos” (Pereira *et al*, 2019, p. 5). Nesta empreitada de se promover uma nova visão na relação ser humano/natureza por meio da Educação Ambiental, “os historiadores ambientais, além de ocupar-se com a preservação e

recuperação do patrimônio histórico, também colaboram com esta transformação social e cultural” (Pereira *et al*, 2019, p. 5). A base histórica da questão ambiental pode servir como ponto de partida para metodologias em Educação Ambiental “ao permitir a contextualização, origem e temporalização de inúmeras questões pontuais normalmente tratadas por este tema transversal” (Pereira *et al*, 2019, p. 5). Dentro desta perspectiva, é possível ponderar, junto com Drummond, que a economia e a sociedade brasileira continuam a ser extremamente dependentes dos recursos naturais.

Nosso futuro depende desses recursos, dos valores que lhes emprestamos e dos usos que lhes damos. Não temos ética do lucro, nem ética da produtividade, nem ética do trabalho; não somos criadores de tecnologia de ponta, nem de processos produtivos; não temos capital para viver de rendas; a nossa modernidade industrial e pós-industrial é tão impressionante quanto é frágil. Grandes setores da nossa população e da nossa economia continuam a depender do uso extensivo e raramente prudente de recursos naturais: novas terras agrícolas e pecuárias, novos empreendimentos de mineração, novos produtos extrativos, novas usinas hidrelétricas. O mercado mundial está pagando cada vez menos por esses recursos naturais [...]. É minha opinião que a história ambiental pode dar uma contribuição decisiva para entendermos o nosso passado e o nosso presente de país rico em recursos naturais e assolado por dívidas sociais (Drummond, 1991, p. 194).

No século XX o conceito de natureza predominante na cultura ocidental moderna, capitalista, começou a ser questionado a partir do surgimento do movimento ambientalista e nesse contexto histórico de fins dos anos 1960 e início da década de 1970, marcado pelo questionamento das, até então, sólidas estruturas social, política e cultural, surge o movimento político ambientalista, e no contexto acadêmico, a Educação Ambiental e a História Ambiental. Ao lado de outras vertentes do conhecimento voltadas para o estudo das inter-relações entre “o ser humano e a natureza, ambas as áreas surgem com a proposta de contribuir para responder ao desafio de construção de novos paradigmas de pensamento e de práticas das sociedades em relação ao mundo natural” (Estevam, 2017, p. 138-139).

A História Ambiental busca repensar o ser humano dentro do quadro mais amplo da história do planeta, “pensar o ser humano na totalidade tensa e complexa de suas dimensões biológica e sociocultural” (Pádua, 2010, p. 91-92). A História Ambiental procura formas menos dualistas de perceber e relacionar natureza e cultura, com o intuito de reconhecer a historicidade dos sistemas naturais (Pereira; Lopes, 2024, p. 10). De acordo com isso, Pereira e Lopes (2024, p. 11-12) consideram necessário o engajamento do historiador, pois “é impossível não se posicionar diante da devastação ambiental contemporânea”. Na coletânea *O futuro da História Ambiental: necessidades e oportunidades*, organizada por Kimberly Coulter e Christof Mauch

(2011), alguns artigos defendem, diante da catástrofe climática, que a História Ambiental deve se manter ativista, e que a participação no discurso público oferece a melhor esperança para o futuro do ramo.

Então, a atuação da História Ambiental “pode e deve incorporar as características da história pública para melhor dialogar com a sociedade sobre as urgentes temáticas ambientais” (Sevilha, 2023, p. 312). Diante da crise ambiental, a História Ambiental está posicionada para desempenhar um papel de ponte entre as humanidades e outras disciplinas, “capaz de agregar relevância social, por meio de uma narrativa convincente, que é a marca registrada da erudição histórica” (Sevilha, 2023, p. 312). As atuais preocupações globais têm cada vez mais a ver com condições fundamentais da existência humana no planeta. Essas questões não podem ser unicamente tratadas pelas ciências naturais, portanto, “é nesse sentido que a história ambiental tem uma grande contribuição pública a dar, e os historiadores ambientais não devem se furtar a esse papel” (Sevilha, 2023, p. 312).

Dos diálogos entre a História Pública e a História Ambiental podemos destacar que ambas foram institucionalizadas na década de 1970 nos Estados Unidos, num cenário que as marcou de maneira indelével com um compromisso ético e político, e que “engajamento social, ‘desencastelamento’ e compromisso político são palavras de ordem tanto da História Ambiental quanto da História Pública” (Sevilha, 2023, p. 312). As inter-relações “apesar das afinidades evidentes e do terreno comum, não se deram de maneira automática. Pode-se mesmo dizer que o processo ainda está em curso” (Sevilha, 2023, p. 319). Mas, articuladas, “a História Pública e a História Ambiental apresentam-se como uma promissora ferramenta para estudar interação humana com o ambiente físico (natural e construído) que enfatiza a comunicação e o público” (Sevilha, 2023, p. 321).

No debate recente, o conceito de Antropoceno ganhou fôlego, como nova era de transformações extremas no planeta, em que a agência humana tem papel central. A ênfase recai sobre a humanidade e/ou seu sistema econômico e atividades mais destrutivas, no qual a produção de alimentos e o sistema econômico em si são percebidos como responsáveis pela catástrofe climática atual. Uma crítica ao conceito é de que “ele está sendo aceito na academia pela sua capacidade de inocentar os grupos sociais que mais promoveram a exploração social e degradação ambiental” (Pereira; Lopes, 2024, p. 13-14). Assim, é necessário que o conceito seja aplicado “a contextos e grupos sociais específicos e que a geologia tome partido e defina o

começo do Antropoceno a partir da migração forçada de africanos para compor força de trabalho na América” (Pereira; Lopes, 2024, p. 13-14).

Sílvia Ricardo Gouveia Cadena (2017) alude que precisamos reconhecer o ciberespaço como espaço de vivência e de acesso às informações no cotidiano dos públicos. A internet passou a fazer parte do cotidiano das pessoas por meio de vários dispositivos, mesmo que elas não atentem para tal fato. Este espaço de contribuir para práticas relevantes na vivência em sociedade. Dessa forma, a História tem ocupado outros espaços que não o escolar e o acadêmico, no qual o sucesso de páginas com conteúdo históricos atenta para a carência do conhecimento histórico e suas novas formas de se manifestarem. Também, as peculiaridades disciplinares da história digital e as práticas digitais do historiador devem ser valorizadas: a pesquisa de diferentes fontes e as diversas tramas narrativas da web.

A história digital se propõe a visualizar a história e construir narrativas não estão apenas e essencialmente baseadas nos textos (Noiret, 2015, p. 32). O historiador público deve poder fazer mediação com as formas públicas de conhecimento do passado que a rede oferece, “contribuindo na primeira pessoa à narrativa do passado em meios virtuais” (Noiret, 2015, p. 32). Construir uma história pública digital que seja “capaz de fazer frente e de mediar de modo crítico a manifestação incessante das memórias privadas – e das memórias coletivas embalsamadas – é certamente um papel profissional destinado ao trabalho do “*public historian*” (Noiret, 2015, p. 40).

Dessa forma, mais do que simplesmente fazer uma história por meios digitais, algo que em alguma medida se tornou inevitável na contemporaneidade, “é preciso que se pratique uma história digital, ou seja, que se problematize e se reflita sobre os distintos aspectos que envolvem os usos sociais das tecnologias digitais” (Prado, 2021, p. 30-32). Ela é imprescindível para a compreensão das experiências humanas nesta era da internet, “bem como para ampliar e tornar ainda mais plural o campo do conhecimento histórico” (Prado, 2021, p. 30-32). Problemas a serem levados em consideração nesse frutífero espaço investigativo são representados pela ênfase dada aos sentimentos e opiniões dos indivíduos, pela perda de importância da verdade factual e a crescente difusão de *fake news*. Esses elementos, portanto, favorecem algumas dinâmicas de produção, circulação e consumo de informações na internet (Prado, 2021, p. 30-32).

A personalização de conteúdo, por exemplo, é um obstáculo construído por algoritmos de inteligência artificial que coletam dados pessoais com a finalidade de analisar a navegação

de cada indivíduo e traçar o seu perfil. Em seguida, com base na previsão algorítmica, “são estabelecidos filtros de personalização de conteúdo que são um dos principais responsáveis pela maximização dos lucros com publicidade on-line pelas grandes empresas de tecnologia, uma vez que os anunciantes conseguem oferecer e vender produtos” (Prado, 2021, p. 23-25), além de serviços direcionados especificamente às necessidades e aos desejos de cada usuário. Em relação ao consumo das informações apresentadas nas mídias sociais, os filtros de personalização de conteúdo fazem com que cada usuário receba recomendações exclusivas dos “produtos e assuntos dos quais gosta ou pelos quais se interessa, bem como de pessoas e perspectivas político-ideológicas com as quais se identifica” (Prado, 2021, p. 23-25). Assim, há vários modos de coleta de dados para estudos de análise de redes.

Destaca-se a necessidade de trabalhar tendo a experiência da colaboração como guia do trabalho historiográfico nesse espaço. Para que o papel formador da experiência tenha um sentido, é preciso a possibilidade de articulação entre o que poderia ser saberes, conhecimentos mais e algo que tenha igualmente a dimensão de um saber, mas que não teria o mesmo estatuto, dado pelos públicos. O saber está sujeito à experiência e se desenvolve a partir dela, fluindo em direção a um possível despertar dos públicos para a compreensão crítica de sua história e de sua ação concreta no mundo. O sujeito da experiência é um território de passagem, um lugar a que chegam as coisas, sobretudo um espaço onde têm lugar os acontecimentos. Portanto, é experiência aquilo que “nos passa”, nos toca, nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma. O sujeito da experiência está aberto à sua própria transformação (Schwartz, 2010; Schueler, 2014; Dewey, 2023; Bondía, 2002).

Mas, é preciso evitar o equívoco de que não é necessária mediação profissional para se aprender sobre os conteúdos históricos.

Apesar das desconfianças com a divulgação na História, ela é benéfica tanto para a comunidade acadêmica, que produz, quanto para o público em geral, que acessa e se beneficia das pesquisas mais facilmente. A História Pública demonstra ser um caminho frutífero para essa “devolução”. A interação com os públicos se fundamenta nas concepções para além da divulgação científica da história em que “a relevância das redes sociais se dá em parte pela autonomia e praticidade que elas trazem para a criação de conteúdos e documentos, sejam fotos, textos ou vídeos, e a proximidade entre quem produz conteúdo e quem consome” (Rocha; Araújo, 2024, p. 203).

A plataforma possibilita uma grande gama de ferramentas que “facilitam o contato com os seguidores, a exemplo das interações por stories: enquetes, votações, caixas de perguntas, etc; da seção de comentários das postagens; e dos *reels*” (Soares *et al*, 2024, p. 177, 186). O uso do *Instagram* possibilita a promoção de aprendizado, seja por meio do planejamento educativo com participação da acadêmica ou com outros setores da sociedade (Pereira *et al*, 2019, p. 14). A seguir (Figura 1) observamos alguns elementos que foram dados aos públicos do perfil para refletirem, ponderando sua produção e disposição.

Figura 1 – Publicação sobre as abelhas



Fonte: dados dos autores, 2025⁴.

Nas últimas décadas temos observado o declínio das populações de abelhas, gerando até mesmo especulações distópicas de como seria o planeta sem esses insetos. Um alerta sobre o risco de desaparecimento das abelhas foi lançado em 2006, quando apicultores notaram que a população de abelhas estava diminuindo, por isso o declínio de populações de abelhas silvestres e o colapso de colônias de *Apis mellifera* têm preocupado pesquisadores. A síndrome do colapso das abelhas, que corresponde ao desaparecimento repentino das abelhas ou sua redução em poucos dias, tem levado às possíveis causas desses problemas - como nutrição, manejo, patógenos, parasitas e efeitos de agrotóxicos⁵. Com isso, apresentamos tanto conteúdos pretéritos quanto aspectos atuais para os públicos através do *Instagram*.

⁴ Disponível em: https://www.instagram.com/p/C7cQaBoRkaU/?img_index=1. Acesso em: 19 nov. 2025.

⁵ PIRES, Carmen Sílvia Soares *et al*. Enfraquecimento e perda de colônias de abelhas no Brasil: há casos de CCD?. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 51, p. 422-442, 2016. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/2e36/f5a97877af839af6d976256fb6897001ff09.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2025.

No Brasil, casos de enfraquecimento, declínio e colapso têm sido registrados, principalmente nos estados de São Paulo e Santa Catarina, que somam grandes perdas apresentadas em estudos principalmente sobre agrotóxicos utilizados na agricultura e patógenos e parasitas⁶. Desse cenário, trouxemos os apontamentos apontados no livro V das Ordenanças Filipinas (1670) e as interpretações de Keith Thomas sobre a relação das culturas humanas com as abelhas em *O homem e o mundo natural* (1988).

Também o Antropoceno, na história e na historiografia, vem sendo constantemente revisado, incorporando e ressignificando elementos de análise. Na História Ambiental, essa incorporação foi mais forte devido à característica eminentemente interdisciplinar que esse campo tem. No campo da história intelectual, o Antropoceno é retroalimentado pelas reflexões sobre a crise das temporalidades e delimitações da contemporaneidade, bem como sobre o estatuto da história em um contexto de emergência do pós-humanismo.

Apresentar o conceito para os públicos (Figura 2) representa viabilizar reflexões sobre um Antropoceno consciente de si, que tem sido aquele responsável pela produção filosófica, científica, artística e teológica, acompanhadas de ativismos e mobilizações em torno das questões climáticas globais. Parece evidente que estamos vivendo um momento em que o planeta - está se tornando uma questão inescapável para o pensamento social e as humanidades⁷. A Terra agora aparece com vigor no campo de possibilidades da consciência histórica contemporânea. Qualquer que seja o futuro dos seres humanos, cada vez fica mais claro que ele se entrelaça com o destino da própria Terra. Apresentar aos públicos é considerar que o presente de crise tem permitido leituras alternativas e críticas que apontam para saídas e futuros ambientalmente viáveis.

⁶ Ver: ABATI, Raiza. **Agrotóxicos e abelhas**: cienciometria e análise de efeito residual de imidaclopride e beta-ciflutrina em Canola *Brassica napus* L.. 2021. 106 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Dois Vizinhos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/25808/1/abelhasagrotoxicoscanola.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2025.

⁷ Conferir: TURIN, Rodrigo. Antropoceno e futuros presentes: entre regime climático e regimes de historicidade potenciais. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 54, p. 703-724, set./dez. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/trWLrgpLgFhfBHMPHkcYFtD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2025.

Figura 2 – Conceitos de Antropoceno



Fonte: dados dos autores, 2025⁸.

Um importante recurso da educação ambiental é a utilização das trilhas interpretativas da natureza com o auxílio dos condutores. A conscientização da sociedade em relação aos temas ambientais, a percepção mundial sobre a necessidade de proteger e conservar os recursos naturais, e a fuga do stress da vida moderna nos grandes centros urbanos estão entre os principais fatores que justificam o crescimento da demanda pelo turismo na natureza. As unidades de conservação apresentam grande potencial para a educação ambiental porque oferecem as paisagens ecossistêmicas mais preservadas. A educação ambiental é um processo ao longo da vida por meio do qual indivíduos e comunidades se conscientizam sobre seu ambiente e adquirem conhecimento, valores, habilidades e experiências que os capacitam a agir e resolver problemas ambientais atuais e futuros. A conscientização necessária para a mudança de comportamento desejada no contexto da educação ambiental muitas vezes envolve um contato profundo com a natureza, seja guiado ou não.

Já os elementos para a publicação abaixo (Figura 3) vieram a partir de uma excursão realizada com os alunos do 1º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Cívico-Militar Santos Dumont de Santa Cruz de Monte Castelo, Paraná, em 2024. Em nossa visita conseguimos observar e nos relacionar com incontáveis aspectos naturais e culturais que provocaram reflexões sobre concepções diversas de nossas vivências.

Nesse exercício foi possível perceber aspectos trazidos por Letenski *et al* (2009), sejam eles o (1) científico, atribuído às feições de caráter investigativo que contribuem com a

⁸ Disponível em: https://www.instagram.com/p/C_2-YEXRM58/. Acesso em: 19 nov. 2025.

interpretação dos processos no ambiente, o (2) didático, que trata dos usos para transmitir o ensinamento dos processos ocorridos e na interpretação do ambiente, e o (3) turístico, que aponta para a atrativa beleza e/ou ligados ao imaginário humano.

Figura 3 – Apresentação do Parque Estadual de Vila Velha-PR



Fonte: dados dos autores, 2025⁹.

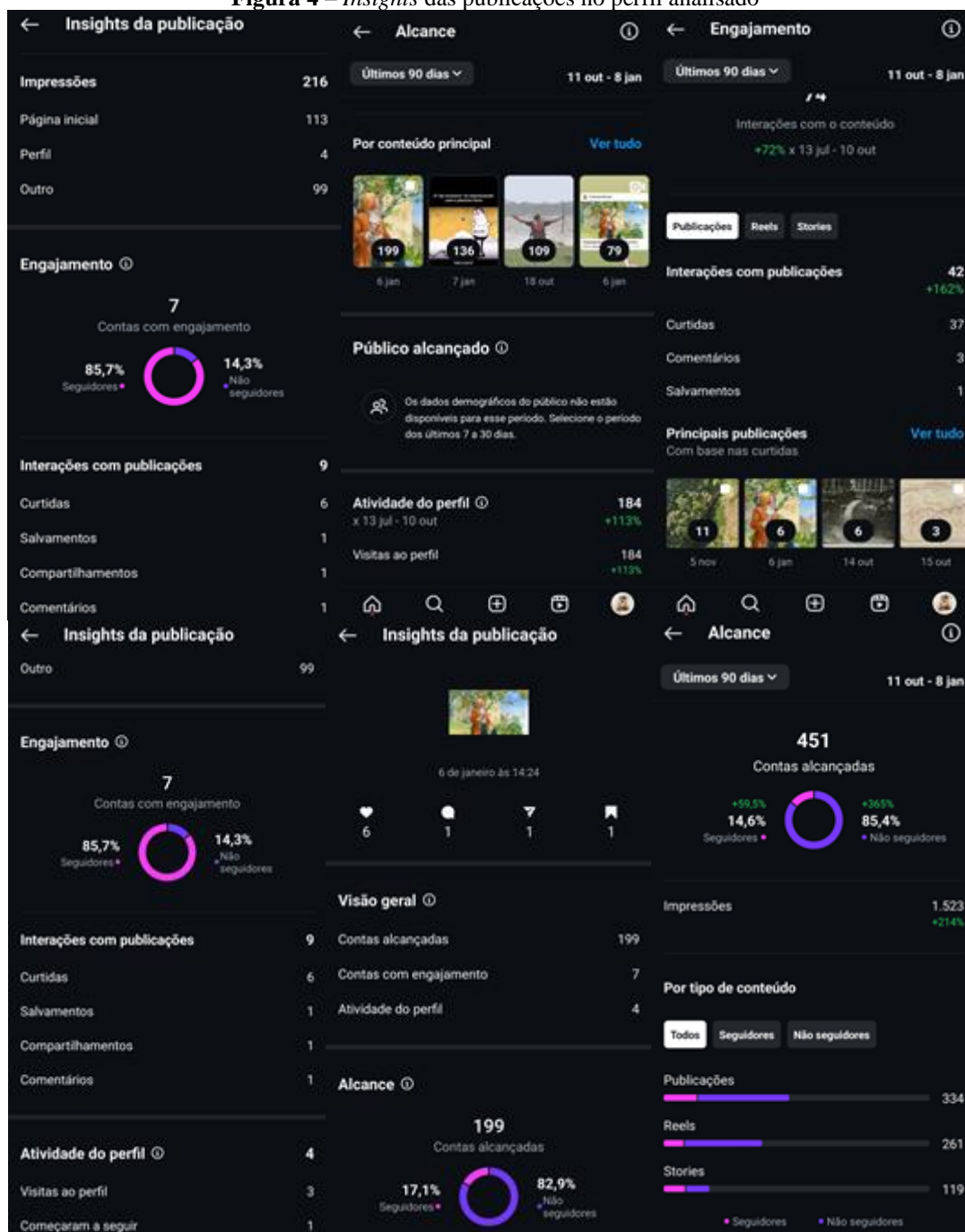
As mídias sociais nos dão subsídios para desenvolver trabalhos e campanhas devidamente direcionadas e capazes de atingir um público em específico, com maiores chances de conversão para os negócios. Os públicos agem como mobilizadores para os conteúdos oferecidos nas mídias, e assim, além de consumirem, também acabam gerando novos conteúdos quando participam de postagens nas mídias interativas. A ferramenta *Instagram Insights* possibilita desenvolver conteúdos referentes às métricas necessárias para análise de desempenho do perfil e avaliações de desempenho por meio de relatórios permitindo nortear próximas ações. Também, ela mensura os resultados com relação ao engajamento e postagens, mostrando métricas como melhores postagens, alcance e impressões (Martins *et al*, 2018).

Então, ao pensar o *Instagram* como rede inteira, podemos coletar dados de modo qualitativo (através de entrevistas com os atores da rede, por exemplo) ou quantitativo (através da coleta de dados de redes existentes), o escolhido para essa pesquisa. Esse modo foca em bases de dados preexistentes (por exemplo, dados de interação de ferramentas de mídia social), mesmo que seja cada vez mais raro que bases de dados possuam dados completamente acessíveis aos pesquisadores (Recuero, 2017).

⁹ Disponível em: https://www.instagram.com/p/DB_-A-qJN4w/?img_index=1. Acesso em: 19 nov. 2025.

Os *Insights* gerais das publicações realizadas entre 11 de outubro de 2024 e 8 de janeiro de 2025 estão apresentados a seguir (Figura 4). Com essas informações podemos perceber quais publicações atraem mais a atenção dos públicos e identificar qual postagem mais teve interação dos usuários com curtidas, comentários, compartilhamentos, salvamentos, visitas ao perfil, entre outros.

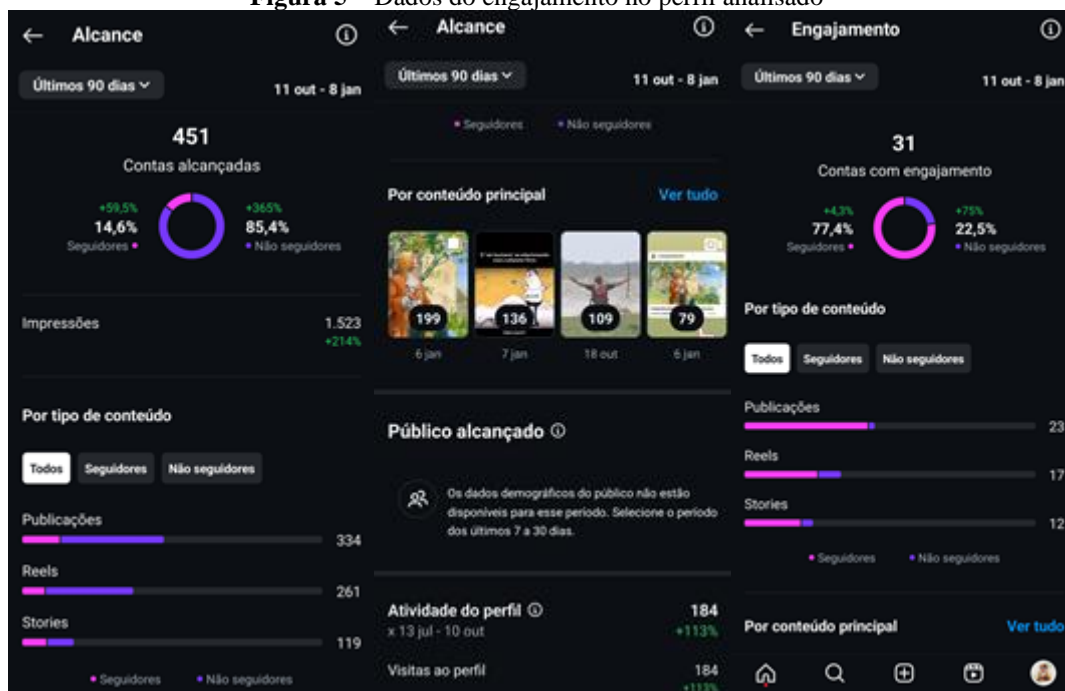
Figura 4 – *Insights* das publicações no perfil analisado



Fonte: dados dos autores, 2025.

As publicações conseguiram apresentar 216 impressões para análise (Figura 5). As contas com engajamento significativo foram 7, das quais 85,7% correspondiam a seguidores. As publicações com maiores interações corresponderam à 199, 136 e 109, respectivamente. Ao registrar 184 visitas ao perfil através das publicações, temos 74 interações com conteúdo sendo 37 curtidas, 3 comentários e 1 salvamento. No visto, tivemos um alcance de 451 contas, sendo 85,4% não seguidores e 1.523 impressões. Assim, as publicações foram responsáveis por 334 impressões, os *reels* 261 e os stories 119. Ao observarmos a publicação com maior engajamento, podemos destacar que foram realizadas 6 curtidas, 1 salvamento, 1 compartilhamento e 1 comentário. A partir daí foram realizadas 4 atividades no perfil, 3 visitas e 1 começar a seguir, resultados de 199 contas alcançadas e 7 contas com engajamentos.

Figura 5 – Dados do engajamento no perfil analisado



Fonte: dados dos autores, 2025.

Nos *Insights* do perfil podemos comparar publicações que tiveram maior alcance e, dessa forma, direcionar temas relacionados que possam atingir mais públicos. Também delimitamos o período de 11 de outubro de 2024 e 8 de janeiro de 2025, reafirmando que pensamos os elementos dados à indivíduos para que utilizam o Instagram para além do fortalecimento dos ideais da sociedade de consumidores, para possam se transformar em sujeitos críticos na sociedade e não meras mercadorias forçadas a se autopromover.

Assim, o *Instagram Insights* ofereceu a vantagem de todas as informações serem disponibilizadas dentro do próprio *Instagram*, possibilitando reconhecer as particularidades dos seus públicos, analisar os resultados das suas estratégias de ação e focar em publicações que possam trazer resultados colaborativos. Por fim, “com os *insights* referentes às publicações, é possível perceber quais publicações atraem mais a atenção do público, onde com a métrica de envolvimento se identifica qual postagem mais teve interação dos usuários” (Martins *et al*, 2018, p. 12, 13).

Outra ferramenta interessante da plataforma que usamos é a possibilidade de turbinar as publicações através de anúncios financiados. Assim, o algoritmo da plataforma entrega o conteúdo para mais usuários. Ao usar o *Instagram* percebemos que navegando pelo story ou pelo feed, são vistos diversos anúncios que aparecem com o nome de Patrocinado embaixo do nome do perfil. São diversos anúncios de todos os tipos, geralmente direcionados para pessoas que possivelmente possam ter interesse no objeto anunciado, despertando muitas vezes curiosidade para clicar e obter maiores informações sobre o conteúdo do anúncio (Instagram, 2021). De maneira ampla, para promover uma publicação basta escolher a publicação que se deseja divulgar, clicar em Promover, escolher uma meta, definir o público e por fim, definir o orçamento, que é escolhido de acordo com a quantidade de pessoas a serem alcançadas e com o tempo que irá durar a promoção do anúncio (Carnavo *et al*, 2022).

Apesar de utilizar essa rede social há pelo menos 12 anos, estava apenas como usuário. Interagir na perspectiva de produtor de conteúdo trouxe novas perspectivas, com dificuldades e aprendizados. É difícil estar atento às demandas que vão surgindo diariamente dos públicos e dar conta delas. Gerar textos minimamente atrativos e que apresentem algo significativo é uma atividade que necessita empenho na pesquisa, confecção e apresentação. Mas, apesar dos números apresentados acima não chegarem próximo nem de longe aos apresentados pelos grandes perfis, é satisfatório fazer algo com a afetividade de querer dar inquietações, ferramentas de reflexões aos públicos para que eles possam atuar na produção do conhecimento e quiçá na transformação dos rumos socioambientais.

Ponderações finais

Compreendemos que os horizontes para o ofício do historiador público têm se apresentado como amplos. Um exemplo é que, como vimos, “as redes sociais têm sido uma área de atuação interessante, tendo em vista as repercussões de conteúdos históricos,

equivocados ou não, no tiktok, twitter, facebook e instagram” (Soares *et al*, 2024, p. 180, 186-187). Apesar da mediação do historiador nem sempre ser desejada nessas situações, possivelmente é nelas que a presença seja mais necessária, principalmente quando compreendemos que, na produção do conhecimento histórico na web, as interações dos seguidores são de importância superior do que meramente o aumento no engajamento (Soares *et al*, 2024, p. 180, 186-187).

As redes sociais são espaços cada vez mais utilizados pela sociedade contemporânea, que ganham relevância quando entendemos que o saber de experiência se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana. Uma das características dessas redes “é favorecer espaços para compartilhar fotos, notícias e opiniões. Os variados aspectos multimídia dentro das redes sociais oportuniza a aprendizagem significativa” (Pereira *et al*, 2019, p. 5). Utilizá-las no contexto historiográfico possibilita ampliar os espaços de articulação com públicos, pois a utilização das redes sociais como ferramenta para a promoção da Educação Ambiental se insere no campo das possibilidades, dentre outras tantas, de discussão dessas temáticas.

Em um contexto que a crise climática tem sido alimentada tanto por danos históricos quanto pela negação desses danos, a História Pública é particularmente um potencial ético-político por seus historiadores estarem envolvidos em investigações históricas que ultrapassam as fronteiras acadêmicas. Poluição, injustiça ambiental, a intensa disputa por recursos naturais, extinções e riscos que se configuram como eventos históricos se fazem presentes na construção no horizonte de expectativas. Demonstram, enfim, um contexto frutífero para os profissionais da história ambiental se apresentarem enquanto fundamentais e necessários no debate público.

Referências

- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista brasileira de educação**, p. 20-28, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?lang=pt>. Acesso em: 19 nov. 2025.
- BUCZENKO, Gerson Luiz. História e educação ambiental: um caminho compartilhado. In: **Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente: Avanços, Retrocessos e Novas Perspectivas- Volume 2**. Editora Científica Digital, 2022. p. 319-331. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/220107485.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública e Redes Sociais na Internet: Elementos Iniciais Para Um Debate Contemporâneo. **Transversos: Revista de História**. Rio de Janeiro,

v. 07, n. 07, set. 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/transversos/article/view/25602>. Acesso em: 19 nov. 2025.

DE ALMEIDA ROCHA, Juliana; ARAÚJO, Juliano José de. História pública produzida pelo povo indígena Paiter Suruí: apresentação da etnia na rede social Instagram @paiter_suruí. **Revista Histórias Públicas**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 196–217, 2024. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/historiaspublicas/article/view/8393>. Acesso em: 7 jan. 2025.

DE SOUZA, Laís Machado; FIGUEIREDO, Roniel Santos. Desdobramentos pedagógicos da utilização do instagram para a promoção da Educação Ambiental. **Revista Interdisciplinar Sulear**, p. 138-152, 2021. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sulear/article/view/5345>. Acesso em: 19 nov. 2025.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991. p. 177-197. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2319>. Acesso em: 19 nov. 2025.

DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 1997.

ESTEVAM, Bread Soares. Da crise ambiental ao despertar da consciência ecológica: Diálogos entre a História Ambiental e a Educação Ambiental. **Revista do Lhiste-Laboratório de Ensino de História e Educação**, v. 4, n. 6, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/view/84967>. Acesso em: 19 nov. 2025.

GUSMÃO, Cainã Carneiro. **O Processo de Institucionalização do Movimento Ambientalista de Niterói (1980-1991): O Público e o Porvir Provável**. 178. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2187.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.

KELLEY, Robert. Public history: Its origins, nature, and prospects. **The public historian**, p. 16-28, 1978. Disponível: <https://www.jstor.org/stable/3377666>. Acesso em: 19 nov. 2025.

KOLBERT, Elizabeth. **A sexta extinção: uma história não natural**. Tradução: Mauro Pinheiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton. O testemunho midiático como figura de historicidade: implicações teórico-metodológicas Chasqui. **Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 129, agosto-noviembre, 2015, p. 213-228. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/160/16057397014.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.

LETENSKI, Ricardo; GUIMARÃES, Gilson Burigo; PIEKARZ, Gil Francisco; MELO, Mário Sérgio de. GEOTURISMO NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA: NAS TRILHAS DA DISSOLUÇÃO. **Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas**, 2(1), p. 5-15, 2009. Disponível em: <https://ead.uepg.br/geocultura/200001024-c54d0c6428/Letenski%20et%20al%202009%20nas%20trilhas%20da%20dissolu%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MARRAS, Stelio; TADDEI, Renzo (orgs). **O Antropoceno**: sobre modos de compor mundos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Diário Oficial da União, Brasília, 2000. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 19 nov. 2025.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2015.

Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634>. Acesso em: 27 set. 2024.

PÁDUA, José A. Vivendo no Antropoceno: incertezas, riscos e oportunidades. In: **museu do amanhã**. Rio de Janeiro: MA, 2015. Disponível em:

<https://museudoamanha.org.br/livro/10vivendo-noantropoceno.html>. Acesso em 19 nov. 2025.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, 24 (68), p. 81-101, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/Q4JBvrMMzw6gBvWhsshKXN/?lang=pt>. Acesso em: 19 nov. 2025.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PÁDUA, José Augusto; CARVALHO, Alessandra Izabel de. A construção de um país tropical: apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.27, n.4, out.-dez. 2020, p.1311-1340. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/4ZNMfLkYp3mp7gwK3GnK4dg/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 nov. 2025.

PÁDUA, José Augusto; SARAMAGO, Victoria. O Antropoceno na perspectiva da análise histórica: uma introdução. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 24, n. 54, p. 659-669, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/HZsSJNVh6CbQTLzRKNNTWbP/?lang=pt>. Acesso em: 19 nov. 2025.

PÁDUA, José Augusto. Localizando a História do Antropoceno: o caso do Brasil. In: DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; SALDANHA, Rafael. (org.). **Os mil nomes de Gaia**: do Antropoceno à Idade da Terra. Rio de Janeiro: Ed. Machado, 2022. v. 1, p. 187-217.

PEREIRA, Elenita Malta; LOPES, Alfredo Ricardo Silva. A última catástrofe planetária? História ambiental e história do tempo presente, uma aproximação necessária. **Tempo**, v. 30, n. 1, 2024. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tem/a/K5kKctzFrXSBY9THn7bD6Jx/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 nov. 2025.

PEREIRA, Vilmar; ZITKOSKI, Jaime. Racionalidade antropocena e educação ambiental.

Praxis & Saber, v. 15, n. 41, e15810, 2024. Disponível em:

http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S2216-01592024000200002&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 19 nov. 2025.

PINO, Juliana Pereira. História ambiental e ensino de história: caminhos possíveis. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 1-17, 2024.

Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJAER/article/view/68995>. Acesso em: 18 nov. 2025.

PRADO, Giliard da Silva. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180313342021e0201>. Acesso em: 27 set. 2024.

ROCHA, Denilton Gabriel Ambrosio da. **Educação ambiental na perspectiva histórica: os tesouros descobertos (XVIII) de João Daniel para os públicos no Instagram (XXI)**. 149f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2025. Disponível em: <https://repositorio.unespar.edu.br/items/189a8afb-2dc3-4be3-9d95-8b5226821a01/full>. Acesso em: 19 nov. 2025.

ROCHA, Juliana de Almeida. **Produção Paiter Suruí sob perspectiva da história pública na rede social Instagram @paiter_surui**. 2023. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Departamento Acadêmico de História (DAH), da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Campus José Ribeiro Filho de Porto Velho (RO). Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/5535>. Acesso em: 19 nov. 2025.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História Pública: um desafio democrático aos historiadores. In: REIS, Tiago Siqueira; SOUZA, Carla Monteiro de; OLIVEIRA, Monalisa Pavonne; JÚNIOR, Américo Alves de Lyra (orgs). **História do Tempo Presente**. Boa Vista: Editora da UFRR, v. 2, 2020.

ROVAI, Marta. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (Orgs.). **História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, p. 185-196, 2018.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Revista Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, p. 286-309, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3381/338158035010/338158035010.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.

SANTOS, Christiano Britto Monteiro dos; COELHO, George Leonardo Seabra. O Antropoceno e suas relações com a história dos *games*. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 54, set./dez. 2023, p. 747-769. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/RmHJQHStXVZZNJGs3WQWzhK/?lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2025.

SEVILHA, Fabíula. História Ambiental e História Pública: perspectivas para (re)acender o diálogo no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 43, n. 93, 2023, p. 311-331. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/cwf7FYhsH5NL3LZVLJcJL4B/?lang=pt>. Acesso em: 19 nov. 2025.

SOARES, Franciele Silva; DA SILVA LOPES, Leonardo; BONETE, Wilian Junior. Sobre História (Pública) no Instagram: Experiências e Potencialidades do Meme para a Divulgação e Construção do Conhecimento Histórico. **Convergências: estudos em Humanidades Digitais**, v. 2, n. 6, p. 171-190, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/2011>. Acesso em: 19 nov. 2025.

SOUZA, Graziella Praça Orosco de; FLUMINHAN, Antonio. A História Ambiental no Processo de Educação Ambiental. **Colloquium Humanarum**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 21-29, 2015. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/1280>. Acesso em: 19 nov. 2025.

SULIANI, Carla; KLANOVICZ, Jó; DA SILVA, Claiton Marcio. Antropoceno: história, historiografia e perspectivas. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 36, n. 59, p. 40-55, 2023. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/7595>. Acesso em: 19 nov. 2025.

Recebido em: 12 de julho de 2025
Aceito em: 21 de novembro de 2025
